



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681250 - MS (2021/0225637-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : NATALINA LUIZ DE LIMA  
**ADVOGADO** : NATALINA LUIZ DE LIMA - MS006279  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : ANDRÉ MEZZACAPPA BARBOSA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANDRÉ MEZZACAPPA BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Apelação Criminal n. 0002304-28.2017.8.12.0046-Chapadão do Sul).

O paciente foi condenado como incurso no crime previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal à pena de 3 meses e 27 dias de detenção a ser inicialmente cumprida em regime semiaberto.

A impetrante requer a concessão de liminar para que a autoridade coatora expeça a carta guia, sem a necessidade do recolhimento imediato do paciente afim que seja recolhido em prisão domiciliar, sobretudo em razão do tempo pandêmico instalado atualmente - covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b)

impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não trouxe aos autos elementos probatórios que demonstrem os requisitos acima elencados.

Ademais, o pedido de prisão domiciliar, como excepcional regime de cumprimento da pena, foi apreciado pelo juízo de origem, sendo certo que não se vislumbra, em juízo sumário de plantão, a ilegalidade da decisão atacada, em especial porque esta trouxe os fundamentos do seu convencimento, na medida em que pontuou:

E, indene de dúvidas, é o que se constata na espécie, pois não se trata de caso passível de resolução pela estreita via do habeas corpus. Isso porque a impetração é utilizada como sucedâneo, com o fito de obter pronunciamento relativo à execução da pena do reeducando, ora paciente. Em outras palavras a impetração tem por escopo a ilegalidade concernente a processo de execução da pena (pretensão de cumprimento da reprimenda definitiva em regime domiciliar). Destarte, questões afetas à execução da pena devem ser discutidas na esfera jurisdicional do competente juízo da execução, de modo que tais decisões são passíveis de impugnação pela via recursal específica, consoante estabelece a Lei de Execução Penal. No sistema processual penal, à disposição das partes há instrumento recursal adequado a desafiar pronunciamento judicial proferido no âmbito da execução da reprimenda, ex vi do art. 197 I da Lei nº 7.210/84. (Fl. 39).

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente